

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ESSENCIALISMO METAFÍSICO

CONSIDERATIONS ON META- PHYSICAL ESSENTIALISM

<https://doi.org/10.26512/rfmc.v12i2.54029>

Vinícius Cezar Bianchi
Universidade Federal de Santa Catarina

<http://lattes.cnpq.br/2709392596479550>
<https://orcid.org/0000-0002-8841-6750>
bianchi.filosofia@gmail.com

Licenciado em Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (2017), mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Filosofia pela mesma instituição (2019) e atualmente é doutorando em Filosofia pelo programa de Pós-Graduação em Filosofia na Universidade Federal de Santa Catarina (2023).

Resumo

Inicialmente, expõe-se uma visão geral do essencialismo metafísico e como o seu debate está relacionado ao problema dos *Natural Kinds*. A saber, como podemos determinar quais critérios modais e existenciais estão contidos nas classes naturais, nas entidades naturais, de modo a delimitar quais são as propriedades essenciais e acidentais dos objetos naturais a ela pertencentes (espécies, elementos químicos, organismos) a fim de capturar uma possível essência *real* e *imutável*. Posteriormente, apresenta-se a concepção híbrida entre teoria causal da referência e convencionalismo (conceitualismo modal) de Amie L. Thomasson como uma alternativa às questões realistas versus antirrealistas das classes naturais.

Palavras-chave: Essencialismo Metafísico. Essencialismo Sortal. *Natural Kinds*.

Abstract

Initially, an overview of metaphysical essentialism is presented and how its debate is related to the problem of *Natural Kinds*. Namely, how can we determine which modal and existential criteria are contained in natural classes, in natural entities, in order to delimit which are the essential and accidental properties of the natural objects belonging to them (species, chemical elements, organisms) in order to capture a possible *real* and *immutable* essence. Subsequently, the hybrid conception between causal theory of reference and conventionalism (modal conceptualism) of Amie L. Thomasson is presented as an alternative to the realist versus anti-realist questions of natural classes.

Keywords: Metaphysical Essentialism. Sortal Essentialism. *Natural Kinds*.

Introdução

Com uma breve introdução, pretendemos abaixo, refletir sobre as intuições gerais como um ponto de partida às questões do essencialismo metafísico. Ela nos será valiosa na medida em que propedeuticamente nos guiará até a ponta do novelo que é o problema do essencialismo, sobretudo o essencialismo do *Natural Kinds* (NK).

Parece fazer parte da produção de conhecimento humano a determinação de qualquer coisa que venha a existir, independentemente de como existe, em certa categoria, classe, conjunto, grupo, tipo, etc. Contudo, neste artigo, focaremos apenas no termo classe. Em geral, nosso senso comum determina que algo que existe, existe enquanto tal, por aplicarmos algum critério para esta determinação. Normalmente, quando pensamos nestes critérios estamos preocupados em saber se tal ‘coisa’ pertence a determinada classificação na medida em que, na própria classificação, estão contidas determinadas propriedades específicas que são possuídas individualmente (e por nenhuma outra classe), e compartilhadas por uma pluralidade de seres ou entes que se assemelham entre si (e não entre outros seres de outras classes). Determinamos assim *uma* identidade que busca responder à pergunta: “o que é isto?”. A resposta, portanto, parece ser aplicada a todos aqueles que compartilham destas propriedades que julgamos relevantes segundo nossos critérios, e que nos permite poder *diferenciar* que algo é ‘isto’, e não ‘aquilo’.

Contudo, há uma extensa tradição de debates sobre a classificação que damos às coisas (daremos foco neste trabalho principalmente às *naturais*), sendo que alguns, por exemplo, defendem que estas classificações *naturais* (i) estão contidas como parte de uma *organização produzida* pela natureza e *descoberta* pelo homem, ou (ii) a classificação é, de *algum modo*, dependente de nossas faculdades mentais, convenções sociais (que não excluem as científicas), e, portanto, metodologia útil para o refinamento do saber *produzido* pelo homem. Aqueles que defendem (i), em geral, podem ser chamados de realistas, e aqueles que defendem (ii), antirrealistas. Ademais, estão inclusos neste debate modelos explicativos (lógicos, semânticos, mereológicos) que buscam definir critérios

sólidos para a constituição de modelos essencialistas, que, ao nosso ver, estão comprometidos com (i) por razões que exploraremos ao longo do texto. As concepções do essencialismo metafísico utilizadas neste trabalho buscam investigar, por meio dos modelos citados acima, se as razões que dão constituição rígida às nossas determinações de classes naturais são boas o bastante para a defesa de (i). Defenderemos que não *exatamente*.

Com uma breve justificação, queremos dizer que a concepção essencialista metafísica que sustenta a posição sobre a existência dos NK, exposta neste trabalho, pretende afirmar que as coisas produzidas pela natureza (elementos químicos, espécies) pertencem a classes que independem de nossas faculdades e metodologias de investigação. Contudo, quando temos um olhar atento às próprias estruturas metodológicas que fundamentam as classes naturais que são ‘descobertas’, observamos que, conforme seu ‘avanço’, ‘desenvolvimento’ e interesse, as classificações naturais são constantemente revisitadas, e algumas possuem falhas. Neste sentido, o conhecimento humano não está livre de fracassos, não existindo independentemente de metodologias que estão continuamente sendo postas à prova. Porém não queremos defender (ii), apenas dizer que a pressuposição realista de que ‘finalmente’ estamos em posse, ou mais próximos, do desvelamento (imutável) das classes naturais vai contra o fato de que o sucesso ou fracasso de nossas teorias que justificam as classificações dependem muito mais do modo como melhoramos as justificações internas da necessidade (hipóteses, deduções, linguagens), de nossas metodologias, do que propriamente a descoberta de um fato irrevogável que foi desvelado sobre a natureza, o que aparentemente pode tornar o realismo uma proposta teórica de aproximação do real.

Alguns princípios norteadores dos NK's

Podemos perceber que a concepção de classe natural (NK) é um tópico que, desde sua origem, sempre esteve aberto a disputas. Desde sua formulação filosófica com Mill (por volta de 1840), inicialmente apenas

como *Kind*, e concomitantemente chamado de grupo natural ou classe natural, passando por Venn (que o atualiza para *Natural Kinds*), mas, foi com Quine (1969) e Russell (1984) que o termo se consolidou. Atualmente, na contemporaneidade o problema é melhor estabelecido com os trabalhos de Putnam (1975b) e Kripke (1972).

Contudo, ainda não há consenso sobre sua caracterização. Há, claro, certa inclinação da tradição ao nominalismo, porém ainda há espaço para concepções realistas (Hacking, 1991, p. 110). Entretanto, ainda assim, Ian Hacking nos sugere alguns princípios para capturar algumas das principais intuições candidatas a uma concepção de *NK*:

1. Independência

(a) É um fato sobre a natureza, independente dos fatos psicológicos, ou sociais sobre seres humanos, que existem classes de coisas, de substâncias, de organismo e etc.

(b) A diferença entre coisas, em virtude das quais elas se dividem entre coisas, 'são feitas pela natureza, enquanto o reconhecimento destas diferenças como fundamentos para a classificação e nomeação é... do ato humano'.

2. Definibilidade

(a) Podemos conceber uma caracterização aproximada das 'classes naturais', mas nenhuma são precisas, mas com boa vontade de um pouco de caridade podemos acordar, na maioria dos casos, sobre o que é uma classe natural de acordo com uma dada caracterização, mesmo que não tenhamos uma definição do conceito.

(b) (Não parte da tradição, mas inferida de uma boa pesquisa sobre ela). Podem haver diferentes tipos de classes naturais, caracterizadas de diferentes modos, e de forma que exemplos de cada tipo têm histórias diferentes daquelas de outro tipos.

3. Utilidade

(a) O reconhecimento e uso de leis cumpre um papel significativo no crescimento do conhecimento e das civilizações humanas, mas diminui com os avanços tecnológicos e científicos.

(b) Para diversos propósitos e interesses, há melhores e piores, mais fecundas e menos fecundas classificações de objetos, organismos e substâncias. A utilidade dos tipos varia com o tempo, lugar e interesses.

4. Singularidade

(a) Há uma única taxonomia que é a melhor em termos de classe naturais, que representa a natureza como ela é, e que reflete a rede de leis causais. A classificação objetiva é certa ou errada dependendo de como ela capta parte da estrutura da taxonomia verdadeira do universo (Hacking, 1991, pp. 110-111).

Hacking não crê na verdade de 4, não em virtude de uma posição relativista e subjetivista, que sustentaria apenas uma construção social (1.b, 2.b, 3.b). A razão de sua descrença se deve à ideia de que tal taxonomia exaustiva do universo não faz sentido. Citando ainda P. F Strawson, o autor concorda que o significado, no caso a taxonomia, não pode ser aplicado fora de um contexto particular (Hacking, 1991, p. 111).

Um pouco da história do conceito dos NK

J.S. Mill em um contexto de debate (1840) em que Whewell tinha grande influência sobre as questões acerca das classes naturais e artificiais, a saber, se a *taxonomia* era mera construção intelectual ou se refletia uma realidade biológica da natureza, procurou deflacionar a doutrina aristotélica dos cinco predicados, derivada por Porfírio, que ainda estava presente nas obras sobre lógica de seu tempo. Embora tais questões propostas por Whewell tenham sido colocadas em meados do século XIX, elas ainda persistem na atualidade, mesmo que a princípio elas estivessem mais preocupadas sobre a indução do que propriamente sobre as *taxonomias* da biologia. Como dito, anteriormente, Mill introduziu o termo *Kind*, com k maiusculo, para diferenciar-se quanto aos usos de Whewell, mas foi com John Venn (1866) que o termo *Natural Kind* é cunhado, mesmo que tenha sido apenas uma forma de adaptar melhor o termo *Kind in Nature* de Mill (Hacking, 1991, pp. 111-112).

Posteriormente, Russell e seus trabalhos sobre indução (1948) apresentam novamente o termo *Natural Kind*, compreendendo por este a possibilidade de algum uso que facilite nosso entendimento sobre nossas habilidades de induções modestas, porém inúteis, quando tratamos de uma ciência mais reflexiva - posição também adotada por Quine. O trabalho de Russell sobre *NK*, de certo modo, foi influenciado pelo debate acerca dos universais desenvolvido mais notavelmente por H. H. Price (1953), que desde então tem sido deslocado mais proeminentemente à filosofia da linguagem – onde Putnam e Kripke fizeram as mais significativas contribuições (Hacking, 1991, pp. 112-114).

Mill

Na obra de J.S. Mill, *A System of Logic*, no capítulo VII, §4, intitulado “*Kinds have a real existence in nature*” onde, ainda preocupado com as questões das categorias de Porfírio influenciadas pelas categorias (cinco predicáveis) de Aristóteles, admite a veracidade de que há dois tipos de classificações: (a) membros de um tipo de classe que compartilham uma única propriedade e (b) membros de um tipo de classe que compartilham múltiplas propriedades. Claro que podemos pensar que existem animais, plantas, e elementos que contém múltiplas propriedades, e que elas não sejam exauríveis. Contudo, Mill insiste que com investigações e experimentos podemos ter plena confiança de que poderíamos descobrir estas novas propriedades, que antes não conhecíamos, como *implícitas*. Segundo Hacking, Mill sustenta que embora (a) e (b) sejam atos humanos de classificação, as diferenças entre (a) e (b) são trabalho da natureza (Hacking, 1991, p. 118).

Para Mill, estas classificações que descobrimos na natureza, conforme avançamos nas pesquisas e experimentos, ocorrem em decorrência das leis da natureza. Mesmo alguns aspectos da condição humana, como ‘raças’, sexo, temperamentos, etc., seriam classes (não naturais), mas que ocorreriam em detrimento de um pequeno número de diferenças primárias que são consequência das leis da natureza. O desenvolvimento do conhecimento humano neste sentido no que tange às questões de

classificação teria como ponto de partida as classes naturais do trabalho da natureza e suas leis, de onde se seguiria uma classificação humana e lógica (Hacking, 1991, pp. 118-119).

Assim, grosso modo, poderíamos dizer que a pesquisa científica neste caso estaria comprometida em descobrir em (b) um número finito de propriedades que pudessem sustentar a classificação não apenas como uma classe, mas como uma classe natural. Contudo, Peirce critica essa concepção na medida em que “o homem de ciência está comprometido ultimamente em dar conta de cada uma das propriedades que ele estuda” (Peirce, ANO, p. *apud* Hacking, 1991, p. 119). Isto é, a defesa de Mill sobre as classes naturais (b) naufraga na medida em que as propriedades que compõem diferenças primárias e são derivadas das leis da natureza não são suficientes para sustentar um número finito de propriedades na medida que este é um critério para uma classe natural. Sua concepção parece ‘deixar em aberto’ a possibilidade de que uma classe natural não seja uma classe natural, posto que as leis da natureza não fornecem condições suficientes para uma ‘descoberta’ da totalidade das propriedades finitas de uma classe, mas apenas um ponta pé inicial que é finalizado pelo homem. Afinal, se tais propriedades estão implícitas nas que conhecíamos, não poderíamos dizer que as conhecíamos explicitamente, o que nos desautoriza a pensar que estas propriedades sejam naturais em si mesmas, mas constructos cognitivos que transpomos de nossa mente à natureza. Podemos perceber mais claramente as distinções entre Peirce e Mill abaixo:

- (a) Um Mill-Kind (NK de Mill) é uma classe de objetos com um grande ou mesmo número aparentemente inesgotável de propriedades em comum, e tais propriedades não estão implícitas em qualquer corpo de lei sistematizado conhecido sobre coisas desse tipo.
- (b) Um tipo de Peirce (NK de Peirce) é tal classe, mas tal que existe um corpo de leis sistematizado sobre coisas desse tipo, e é tal que podemos razoavelmente pensar que fornece esboços explicativos do porquê coisas desse tipo têm muitas de suas propriedades (Hacking, 1991, p. 120).

Dois apontamentos de Hacking sobre estas distinções entre classes são relevantes aqui. (i) Por vezes, a ciência natural postula classes de estilo NK de Peirce a partir de classes estilo Mill. (ii) Por vezes, a ciência natural elabora classes de estilo NK de Peirce sem antes ter postulado classes de estilo NK de Mill. “Ou seja, as classes foram inventadas para criar classificações de grupos que se comportavam de maneira semelhante à lei, mas que eram reconhecidos como um grupo apenas porque uma lei havia sido conjecturada. Não havia nenhum Mill-Kind sem lei anterior que foi capturado por tal lei” (Hacking, 1991, p. 120).

As distinções entre Mill-Kinds e Peirce-Kinds são relevantes aqui em função do antagonismo entre debatedores. Por um lado, temos: (a) (Mill-Kinds) algumas leis são *descobertas* e um sistema de classificação é conjecturado *como que* ‘derivando-as’ de tais leis, mas que não estão *implícitas* de nenhum modo nestas. Em certo sentido, a classificação é constituída para *atuar* como uma extensão da lei em detrimento da satisfação dos princípios de utilidade propostos em (3, a & b). Assim, por outro lado, Mill-Kinds, com base nas críticas de Peirce e Hacking, vão ao encontro dos princípios definidos em (3) e de independência de (1.b), mas não satisfaz, embora o pressuponha, o princípio de singularidade (4) e independência de (1, a) e, de certa forma, a relativa concordância com os princípios de definibilidade (2, a).

Nominalismo de John Locke e o Quase realismo de Leibniz

No livro III do *Ensaio sobre o Entendimento Humano* não há o uso moderno do termo NK, mas em uma leitura possível é aceitável supor que NK para Locke fosse derivada da estrutura que descreve as propriedades e comportamento dos objetos em função do que ele chama de uma *constituição inerente*, e compreende que não seja possível conhecer tal constituição (Hacking, 1991, p. 121). Logo, “não somente são os nomes de nossas classes de nossa própria invenção, mas também as classes em si mesmas são trabalho da mente humana. Isto não é porque não existem classes reais na natureza, mas porque os princípios sobre os quais elas são formadas estão permanentemente escondidas de nós (Hacking, 1991, p. 121).

Leibniz poderia concordar com o que é afirmado por Locke sobre o fato de que nós não poderíamos conhecer completamente a constituição inerente dos objetos, porém não acredita que elas sejam apenas nomes e classes inventadas pela mente humana. Leibniz, poderíamos dizer, deposita maior confiança na capacidade hipotético-dedutiva humana de produzir um extenso e detalhado modelo que explique a subjacente constituição inerente dos objetos, e que existiriam boas razões para acreditar que elas estejam corretas (Hacking, 1991, p. 121).

Este pequeno resumo acima lança mais luz sobre ao menos duas concepções possíveis desta debate: uma posição, digamos, cética e nominalista, como propõe Locke, sobre a constituição *real* da natureza nos ser desvelada em sua existência inerente, e, portanto, nossas classificações *apenas correspondem* às estruturas ‘inerentes’ (do comportamento e propriedades dos objetos), *mas que* em última instância, tais estruturas não são nada além do trabalho produzido pelas faculdades da mente humana. Ou podemos conceber a posição de Leibniz em direção oposta, posto que embora o mesmo adote uma posição de Locke sobre a constituição da estrutura inerente da natureza ser um produto da capacidade humana hipotético-dedutiva, crê Leibniz que elas estão corretas sobre a *real* constituição inerente da natureza – tendo em mente que a taxonomia da natureza, enquanto criação de Deus, é independente da mente humana – e, conseqüentemente, nós seres humanos, por sermos detentores de espírito, podemos conceber a realidade exatamente como Deus a criou e *não somente* alguma espécie de *invenção ou mero produto* de nossas faculdades.

Sua concepção realista sobre uma possível concepção de NK, requer sustentar que haja em nós, seres dotados de espírito, uma estrutura inerente capaz de acessar a realidade e descobrir suas classificações sobre a natureza e que existem independentemente das potencialidades da mente humana, porém, dada a confiança nas capacidades hipotéticas-dedutivas, não deveríamos ter razões fortes o bastante para não crer que elas não estejam corretas sobre a constituição *real* e inerente da estrutura da natureza exatamente como Deus a criou.

Essencialismo

O conceito de classe natural, assim como outras concepções de classes, tem de ter alguns critérios de distinção para estabelecer as relações de identidade entre seus membros, assim como critérios para determinar sua condição de existência. Além de critérios de diferenciação de identidade com os membros de outras classes. Assim, grosso modo, o essencialismo busca delimitar quais são as propriedades acidentais, ou contingentes, de seus membros, e quais são essenciais, ou necessárias, para que a identidade que dá o pertencimento de seu membro à sua classe possa, com alguma segurança, afirmar: “p é uma propriedade essencial do objeto x, tal que, se x não instanciar p, x não pertence a classe y”.

No entanto, o conceito de essencialismo pode ser entendido de maneiras diferentes a depender da esfera em que o concebemos. Na filosofia política, por exemplo, o termo *essencialismo biológico* e *essencialismo social* podem estar associados à tentativa de fundamentar uma ideia preconceituosa e nefasta acerca da necessidade de *uma* identidade de gênero e seus atributos sociais, pretendendo assim justificar o *status quo* atual de um sistema social patriarcal, onde as pessoas e funções desta sociedade não têm o poder de escolha em detrimento de seus genes ou classe social a qual pertencem. Este tipo de essencialismo está intimamente ligado a teorias racistas, sexistas e homofóbicas (Leclerc, 2007, p. 01). Não é deste tipo de essencialismo que temos a pretensão de tratar aqui, embora pareça uma tarefa sempre inacabada livrar-nos de preconceitos em absoluto. O essencialismo que abordaremos aqui pode ser chamado de *metafísico*, e podemos caracterizá-lo como “uma família de doutrinas que deriva de considerações semânticas acerca da interpretação e da plena inteligibilidade de certas construções linguísticas que nós usamos constantemente e que, intuitivamente e *prima facie*, são perfeitamente sensatas” (Leclerc, 2007, p. 02).

As considerações semânticas de construções linguísticas que são a base para pensar em um essencialismo metafísico são os chamados *contra-factuais*. Isto é, uma habilidade da faculdade do pensamento humano de considerar eventos (naturais) e acontecimentos (humanos) que ocorram no passado de modo diferente *se* algumas causas ou condições destes

acontecimentos tivessem sido diferentes. Mas o que isso tem a ver com o essencialismo? Propondo um raciocínio que nos leve as intuições que formulam a doutrina metafísica do essencialismo, podemos dizer que muitas coisas, objetos, pessoas, eventos, acontecimentos, etc., em suma, propriedades, poderiam ter sido diferentes e, mesmo assim, certa identidade das (a) coisas, (b) objetos, (c) pessoas, (d) eventos e (e) acontecimentos poderiam permanecer preservadas. Digamos, algo de essencial acerca de suas propriedades são necessárias à delimitação daquilo que compõe e define sua existência, exemplos:

- (a) Uma rosa poderia ter sido amarela e não vermelha, e continuaria sendo uma rosa.
- (b) Meu carro poderia ser uma Ferrari e não uma Kombi, e continuaria sendo um carro.
- (c) Meu pai poderia ter sido presidente do Brasil, e não farmacêutico, e continuaria sendo meu pai.
- (d) O terremoto ocorrido em 12 de janeiro de 2010 no Haiti de magnitude 7, poderia ter ocorrido na magnitude 6, e continuaria sendo um terremoto.
- (e) Eu poderia ter nascido no Rio Grande do Sul, e não em São Paulo, e continuaria sendo brasileiro.

Mas, parece que estas mudanças contrafactuais não podem ocorrer para *todas* as propriedades de nossos exemplos, sem que perdessem *por completo* sua identidade, tornando-o inconcebível e, portanto, sem qualquer valor prático aos nossos raciocínios contrafactuais, afinal não estaríamos mais nos referindo às mesmas coisas. Assim, (a) não poderia ter sido uma vaca, (b) não poderia ter sido um hamster, (c) não poderia ter sido Raí (meu animal de estimação), (d) não poderia ter sido um cometa, (e) não poderia continuar sendo brasileiro se tivesse nascido no Uruguai. O essencialismo, nestes termos, pretende capturar e determinar quais são as propriedades que não podem ser alteradas em exercícios de pensamentos contrafactuais sem que o que esteja sendo investigado deixe de existir na classe, categoria, tipo, espécie, etc., à qual pertencia inicialmente.

Lógica Modal Quantificada e Aplicada e os Mundos possíveis

Embora a discussão sobre quais são as propriedades que são essenciais e quais são acidentais tenham uma origem remota na Antiguidade com Aristóteles, e continuidade na Idade Média com Tomás de Aquino, a discussão contemporânea do essencialismo metafísico obteve novo fôlego com o trabalho de Saul Kripke: *Naming and Necessity* (1972, 1980)¹. A discussão, em geral, se desenvolveu de modo a recorrer à *fermentaria* do idioma da lógica modal quantificada e aplicada para pensar o problema da necessidade, essencialidade e contingência (Leclerc, 2007, p. 05).

De modo simples e resumidamente, é dito que os quantificadores modais de necessidade e contingência, em sua forma meramente abstrata na lógica modal proposicional, seriam incapazes de contemplar os interesses da discussão, cujo caráter investigativo das propriedades essenciais não está nas verdades necessárias encontradas nas modalidades de proposições *de dicto*, mas sim sobre as verdades necessárias acerca das propriedades da modalidade *de re*, logo, o quantificador modal (necessidade e possibilidade) deve estar atrelado ao caráter existencial individual, por isso, a modalidade *de dicto* aplicada. Sendo assim, o trabalho de Kripke em *Semantical Considerations on Modal Logic* (1963), cujo caráter modal abstrato apresentou modelos que estavam suscetíveis à várias interpretações, necessitava ainda da complementação das funções dos domínios de *mundos possíveis* para garantir *aplicabilidade particular* dos quantificadores modais e existenciais (Leclerc, 2007, p. 07).

Mundos possíveis, na abordagem acima proposta pelo autor, levam em consideração categorias contidas no trabalho de Wittgenstein, *Tractatus Logico-Philosophicus* (1921/22), onde são descritos como um estado de coisas máximo. Os estados de coisas, neste sentido, significam aqui um correlato ontológico de uma frase declarativa que descreve uma situa-

¹ Outros autores também compuseram e contribuíram para o desenvolvimento atual da discussão, são eles: Ruth Barcan Marcus, Dagfinn Føllesdal, Alvin Plantinga, Hilary Putnam, Kit Fine, David K. Lewis, David Wiggins, Graeme Forbes, Brian Ellis, entre outros (Leclerc, 2007, p. 03).

ção possível. Um estado de coisas ou uma frase declarativa é verdadeira quando corresponde a um fato no mundo atual. Assim, um estado de coisas pode corresponder a este mundo que conhecemos, e que chamamos de atual, sendo fatos. Outros estados de coisas de mundos possíveis, não são fatos, mas situações possíveis. Contudo, o mundo atual é apenas um dos mundos possíveis, já que várias coisas poderiam ter sido diferentes (Leclerc, 2007, p. 08).

O problema gerado pela existência contingente

Antes de adentrar propriamente as definições propostas por Leclerc, é importante ressaltarmos sua perspectiva sobre os mundos possíveis: para ele, os mundos possíveis não são mundos reais, no sentido mais usual do termo, como acreditava Lewis. Os mundos possíveis “*não existem de forma independente de nossa mente*”^{II}, como veremos mais adiante; a ideia de dependência da mente ocupa um lugar privilegiado no pano de fundo de nossa argumentação em relação a proposta de defender algumas razões para não aderir à tese do essencialismo realista. Neste contexto, o essencialismo defendido por Leclerc propõe algumas definições das propriedades essenciais e das propriedades acidentais:

Def. 1) *P é uma propriedade **acidental** de x* = def. 1) x possui de fato P; mas 2) existe pelo menos um mundo possível no qual x não tem P.

Uma outra possibilidade é:

Def. 2) *P é uma propriedade **acidental** de x* = def. 1) x possui de fato P; mas 2) existe pelo menos um mundo possível no qual x existe e não tem P.

Podemos agora definir a noção de propriedade essencial, pressupondo que a distinção acidental-essencial é exclusiva:

Def. 3) *P é uma propriedade **essencial** de x* = def. 1) x possui de fato P; e 2) P não é uma propriedade acidental de x (Leclerc, 2007, pp. 14-15).

II Itálico da citação original. Outras concepções sobre o estatuto ontológico dos mundos possíveis podem ser exploradas, como os realistas, contudo, por questões de relevância e interesse às questões deste trabalho não as abordaremos aqui.

Um dos problemas gerados por estas definições é o da existência contingente. Isto quer dizer que, de acordo com a Def. 1 e Def. 2, o objeto existe, mas não deve possuir (p) em ao menos um mundo possível, e de acordo com a Def. 3, em todos os mundos possíveis em que o objeto existe, (p) deve existir. Porém, levando em consideração que a existência do objeto em questão (espaço-temporal), no domínio de mundo, digamos, M^* , pode ser contingente, (p) não pode ser nem essencial, nem accidental, já que a contingência de sua existência implica também na contingência da ‘essencialidade’ ou ‘*accidentalidade*’ de (p). Por outro lado, há uma consequência que parece ser oposta a esta. Se (p) é essencial, somente nos mundos em que o objeto existe, a existência do objeto que porta (p) é essencial para todos os mundos em que (p) existe, o que torna a Def. 3 de essencial dependente trivialmente da existência do objeto. E, em decorrência disto, quando um objeto existe em M^* , sua existência se torna necessária para que (p) seja essencial, o que parece absurdo de pensar já que objetos presentes no espaço e no tempo têm sua existência contingente de acordo com a própria concepção de mundos possíveis (Leclerc, 2007, pp. 15-18).

Necessidade existencial e essencialidade analítica devem ser separadas aqui. Uma proposta “a” essência individual foi proposta para solucionar este problema: “Def. 4) E é a essência individual de x =def. 1) E é um conjunto de propriedades tal que cada membro de E é uma propriedade essencial de x; e 2) não é possível para qualquer objeto y (para $y \neq x$) de possuir todas as propriedades contidas em E” (Leclerc, 2007, p. 17).

O problema desta definição é que a preocupação em definir uma essência de um objeto é buscar definir E de modo que revele algo sobre a natureza deste objeto, e, no entanto, E pode conter um amplo número de propriedades que são candidatas às essenciais na medida em que sua existência no mundo atual satisfazem a Def. 4. Por exemplo, o fato de Sócrates ter sido uma pessoa, ter a propriedade essencial de ser pessoa, forneceu condições para que ele fosse filósofo, marido, etc. Mas o Sócrates do mundo atual também satisfaz a Def. 4 quando incluimos a propriedade relacional de ter se casado com Xantipa, ter tido Platão como discípulo, etc. Isto é, não haveria apenas *um* conjunto de

propriedades essenciais, mas, seguramente, poderíamos incluir *todas* as propriedades como essenciais.

Um dos problemas que pode ser originado da concepção de um conjunto de propriedades individuais essenciais é o de um paradoxo de sorites, a saber, que usamos de arbitrariedades para designar o que é um conjunto essencial de um objeto natural, levando-nos a um resultado indesejado de que a existência contingente de um objeto indexada ao mundo atual não implica na essencialidade das suas propriedades contidas em um conjunto finito para todos os mundos possíveis em que aquele objeto existe, de acordo com a Def.4 (2).

Quais seriam essenciais e quais não diante da Def. 4 (2)? Parece que, ao nosso ver, qualquer propriedade, mesmo acidental, como Sócrates ter sido filósofo ou carpinteiro torna-se essencial em relação ao mundo atual, na medida em que, em qualquer mundo possível em que Sócrates não tivesse tido exatamente as mesmas propriedades do Sócrates do mundo atual, (acidentais ou não) não se trataria mais do *mesmo* Sócrates posto que sua existência individual parece incluir *todas* as suas propriedades, mesmo as acidentais como essenciais. Por outro lado, podemos pensar em casos em que qualquer pessoa chamada Sócrates poderia designar o Sócrates histórico da filosofia, posto que nada nos impediria de considerar apenas o seu nome como uma propriedade essencial. A tese de que todas as propriedades são essenciais é conhecida como *Pan-essencialismo*, e foi defendida por Leibniz, e atualmente por Lewis, bem como por Sonia Roca-Royes.

Algumas caracterizações de ‘essencialismos’ por Roca-Royes

No artigo de Sonia Roca-Royes, *Essential Properties and Individual Essences* (2011), encontramos algumas definições e distinções de essencialismo que nos são pertinentes. A primeira distinção que trataremos são sobre duas caracterizações possíveis sobre o que são propriedades

essenciais (sendo a segunda delas uma possível solução aos problemas encontrados nas definições modais acima), a segunda será sobre os posicionamentos possíveis encontrados na literatura sobre o essencialismo (essencialismo padrão, haecetismo radical e pan-essencialismo), e a terceira distinção será sobre os tipos de essencialismo (essencialismo de origem, essencialismo sortal, essencialismo de classes naturais (NK's)). Duas caracterizações sobre as propriedades essenciais: EMA e RDA.

Abordagem de Existencial-Modal (EMA): P é uma propriedade essencial de a se e somente se a não poderia existir sem ser P.

Abordagem (Real-) Definicional (RDA): P é uma propriedade essencial de a se e somente se ajuda a responder à pergunta: “o que é a?”. Se P é uma propriedade essencial de a, a não poderia existir sem ser P, mas não o contrário (Roca-Royes, 2011, p.66).

A caracterização, grosso modo, de EMA, como vimos anteriormente, são as que estão relacionadas às questões modais, sobre as propriedades que são essenciais, e quais são acidentais (Def.1, 2, 3, e 4). E como vimos também, EMA nos leva às consequências indesejáveis da existência contingente, como a trivialidade da propriedade de existir. Por outro lado, RDA contém uma caracterização que contorna este problema, posto que podemos observar que não busca caracterizar o objeto como necessário para a existência da propriedade: já que uma propriedade P é essencial para a existência de a, “*mas não o contrário*”. Isto é, algumas propriedades podem ser essenciais a outros objetos e seres em que o objeto ou ser em questão não exista. Ou até mesmo uma propriedade poder ser essencial para uma classificação e não para outra. Como ilustração, podemos retomar Leclerc e sua citação de Quine.

Em seu exemplo, Quine menciona a condição do matemático ciclista, onde ser racional é uma propriedade essencial para ser matemático, e ser bípede é uma condição essencial para ser ciclista. Alguém que seja matemático e ciclista tem a propriedade de ser bípede como acidental enquanto matemático, e a propriedade de ser racional acidental enquanto ciclista. As modalidades das propriedades (acidental, essencial) *não podem estabelecer tais relações “independente do modo como são descri-*

tas” (Leclerc, 2007, p. 25). Acreditamos, no entanto, que RDA não é afetado pelo exemplo de Quine, visto que a propriedade de ser bípede continua a ser essencial para (a classe dos) ciclistas (como os conhecemos) mesmo em um mundo possível em que não exista nenhum bípede. A condição de *existência modal* (EMA) é inversa, e requer que haja ao menos *um* mundo possível em que ciclistas, como os conhecemos, existam para que a propriedade de ser bípede da classe dos ciclistas exista como essencial.

A condição de *definição* não está preocupada com as condições de existência que instanciar propriedades. Sua preocupação é responder “o que é isto?”, de modo que nos informe qual propriedade é essencial para a *classe*, e não para a existência do *objeto*^{III}.

Com um exemplo, se um objeto em uma situação contrafactual deixasse de instanciar as propriedades essenciais para a classe e ‘continuasse a ser o mesmo objeto’, isto significaria que ele não pertence mais àquela classe, e não que deixou de ser o mesmo objeto. Assim, a propriedade essencial do ciclista permanece essencial, mesmo que ele esteja agora resolvendo problemas de matemática, e nem por isso dizemos que ele deixou de ser o ‘matemático-ciclista’. Claro que não parece razoável dizer que ele continua a ser o mesmo, caso deixasse de ser matemático-ciclista para ser um ovo.

É razoável dizer que a propriedade ‘ser um ser humano’ é uma propriedade essencial para ser ciclista e matemático, contudo, exploraremos mais esta questão na seção 6, onde diferenciamos os tipos de essencialismos.

III Claro que podemos objetar que RDA está de algum modo comprometida com a modalidade *de re*, na medida em que as propriedades essenciais da classe estão contidas da existência do objeto, contudo, não negamos que RDA seja referente a modalidade *de re*, mas apenas que sua preocupação seja inversa a esta: delimitar o objeto para então delimitar a classe. Roca-Royes defende que RDA está comprometida com a modalidade *de re*: “se P é *essencial* para a então a *instancia* (*bears*) P *necessariamente*” (Roca-Royes, 2011, p. 68). Segundo a autora, Quine, Della Rocca e Lewis seriam céticos sobre a modalidade *de re*.

Três Posicionamentos sobre o essencialismo

Vejamos agora, brevemente, os três posicionamentos sobre o essencialismo:

Pan-essencialismo: todas as propriedades são essenciais.

Essencialismo Standard: existem propriedades de ambos os tipos.

Haecceitismo extremo: todas as propriedades são acidentais (exceto para as propriedades essenciais triviais) (Roca-Royes, 2011, p. 67).

Se tomamos o essencialismo *Standard*, ao menos algumas classes contêm em seu conjunto ambas propriedades - essenciais e acidentais -, enquanto para o haecceitismo extremo o conjunto só contém as propriedades acidentais (exceto as acidentais triviais) e, portanto, todas são contingentes.

Por outro lado, para o pan-essencialismo, o conjunto só contém as propriedades essenciais, e, portanto, todas são necessárias. Para todos os posicionamentos há aceitação da modalidade *de re*, e a autora reserva o termo antiessencialismo apenas para aqueles que são céticos sobre a modalidade *de re*^{IV}.

Tipos de essencialismos (ou princípios)

Essencialismo de Origem

A abordagem do essencialismo de origem está vinculada à concepção de uma determinada entidade. Como exemplo, se Wittgenstein foi con-

IV Ainda sobre o haecceitismo extremo, os limites entre as modalidades *de re* e *de dictum* são explorados por Penélope Mackie em sua obra *How Things might have been* de modo a concebê-los como modalidades *concreta* e *abstracta* onde os limites de um são intransponíveis ao outro (Roca-Royes, 2011, pp. 66-68).

cebido pelo óvulo x e espermatozoide y , no momento t , formando o embrião de Wittgenstein, para qualquer combinação entre óvulo x' e y , ou x e y' , tal que x é diferente de x' e y é diferente de y' , em outro momento que não t , não estaríamos tratando essencialmente do mesmo Wittgenstein. Ou ainda, uma mesa que não tivesse sido produzida com o pedaço de matéria m , com o projeto p , pelo artesão a , no momento t , não teria essencialmente a mesma existência originária. O primeiro exemplo se trata, mais especificamente, do essencialismo de origem para organismos biológicos, o segundo, do essencialismo de origem de artefatos materiais (Roca-Royes, 2011, pp. 68-69).

Essencialismo Sortal (ou de classes)

O essencialismo sortal está comprometido com a ideia de que se a classe (c), é uma classe fundamental do objeto (o), então (o) pertence, essencialmente, à classe (c). De acordo com Wiggins, sobre o essencialismo sortal, “a classe fundamental de um objeto é a classe metafísica mais elevada sob a qual o objeto cai e nos dá a resposta mais fundamental para a pergunta “o que é isso?”.

Essencialismo sortal e essencialismo de origem parecem ser logicamente independentes. Voltemos aos exemplos. Wittgenstein poderia ser um cachorro e continuar sendo o ‘mesmo’, segundo o essencialismo de origem; já que este posicionamento não nos diz nada sobre se a classe fundamental de seu óvulo e seu espermatozoide deveriam ser humanos, apenas nos diz sobre a essencialidade (causal) de sua existência de origem. Por outro lado, o essencialismo sortal não permite que ele poderia ser um cachorro, já que a classe fundamental de ‘ser humano’ é essencial para que Wittgenstein pudesse existir de outro modo e continuar sendo o mesmo, desde que permaneça sendo um ser humano (Roca-Royes, 2011, p. 70).

Um ponto de vista

Segue abaixo algumas considerações sobre os tipos de essencialismos vistos até agora:

- a) A noção de que o essencialismo de origem, especificamente o essencialismo da origem das entidades biológicas, devem estar relacionadas com as Def.4 e EMA, mas não com DRA.
- b) Quando confrontadas, EMA e Def. 4 *versus* DRA, chegamos a raciocínios contraintuitivos, como o fato de que Wittgenstein poderia ter sido um cachorro de acordo com o essencialismo de origem, e Wittgenstein não poderia ser o mesmo se não fosse um ser humano^V.
- c) O fato disso ocorrer é que as definições de origem estão comprometidas em captar as condições da *existência da essência individual* do objeto, (Def. 4), ou seja, buscam delimitar as propriedades essenciais para uma identidade vinculada às condições de sua existência (digamos, material) *sui generis*, e não há preocupação com as propriedades que delimitam sua identidade enquanto classe, como está contido em DRA, que, ao nosso ver, estão mais próximas do tipo Sortal de essencialismo.

Se pensamos na noção de pan-essencialismo, há algo similar, pois também ocorre a preocupação com a identidade individual de um objeto, porém, não apenas nas condições de existência originárias, mas uma definição de identidade completa, que inclui a noção de propriedades da existência originária *mais* todas as propriedades de classes fundamental (não fundamentais), relacionais, etc., o que faz com que todas sejam propriedades essenciais.

Porém, o essencialismo de classes fundamentais, não parte deste princípio de identidade individual e condições de existência individual, como já dito antes, mas antes busca responder se o objeto em questão contém uma propriedade essencial ou conjunto de propriedades da identidade da *classe*, tal que sua existência (individual) é irrelevante *em certo sentido* para a definição da identidade que este essencialismo está preocupado.

V Pensando como uma possibilidade válida que existam mundos possíveis em que seres humanos poderiam ter sido um cachorro, ou mesmo que existam mundos possíveis em que seres humanos se transformem em cachorro.

A classe de seres humanos continuaria existindo enquanto classe, mesmo se Wittgenstein não fosse humano ou deixasse de ser humano. Claro que alguém poderia replicar que a identidade individual de seres humanos *individuais* pode comprometer nossa definição da *classe*. Mas este questionamento não é preocupante. Se acaso *descobrissemos* que Wittgenstein se transformou em um cachorro teríamos de rever a sentença de que seres humanos são essencialmente e fundamentalmente pessoas, ou que a classe de seres humanos possa conter acidentalmente a propriedade ‘se transformar em cachorros’.

Se este fosse o caso, a propriedade ‘se transformar em cachorro’ passaria a ser uma questão relevante à classe de seres humanos (se a transformação é uma propriedade acidental ou essencial, comprometendo assim a noção de classe fundamental de ‘ser humano’).

Vejamos que, assim como é uma propriedade necessária, embora não suficiente, que ‘lagartas se transformam em borboletas’, ou que é uma propriedade estritamente necessária que ‘borboletas tenham sido lagartas’, a classe de lagartas continua existindo, logicamente independentemente (mas não causalmente, até então^{VI}) das classes das borboletas, assim como o contrário. Mas, dado que *não sabemos* que isto tenha ocorrido até então com pessoas, a classe fundamental de seres humanos permanece excluindo de seu conjunto a propriedade ‘transformação em outro ser’, seja como acidental, seja como essencial. Idosos foram crianças que se ‘transformaram’ acidentalmente em adolescentes, depois em jovens, depois em adultos, e, se amanhã se transformarem em zumbis, (a depender das propriedades contidas na classe ‘zumbi’) não deixarão de

VI Aqui poderíamos pensar o mesmo caso em que borboletas poderiam existir sem terem sido antes lagartas em um mundo possível, mantendo sua independência lógica da definição da classe ‘borboleta’, excluindo, contudo, a propriedade ‘ter sido necessariamente uma lagarta’.

pertencer à classe ‘ser humano’, porém acrescentaremos a propriedade zumbi à classe de ‘ser humano’^{VII} como accidental.

Um outro ponto de vista

Quanto à posição de Wiggins de classes fundamentais serem metafísicas, preferimos chamá-las de classes *fundamentais da condição de existência*. As classes fundamentais parecem conter propriedades tais que dão condições lógicas de existência a uma série de *subclasses*. Tais subclasses têm suas *próprias* propriedades essenciais e accidentais que não podem ser sustentadas sem a pressuposição da existência de sua classe fundamental. Ademais, é uma propriedade necessária e essencial para a classe de pianistas possuir mãos.

Desde que a classe de pianistas à qual nos referimos esteja contida como subclasse na classe fundamental da condição de existência ‘ser humano’ (e não de robôs pianistas, por exemplo), contudo a subclasse participa da classe fundamental apenas como accidental, assim como incontáveis outras.

E mesmo a classe fundamental ‘ser humano’ participa como subclasse (accidental) da classe fundamental ‘seres vivos’. Ser vivo é uma condição de existência a seres humanos, e ser humano é uma condição de existência da classe de pianistas. Isto não implica dizer que as classes fundamentais não possam ser revisitadas diante de novos fatos, nem requer que elas contenham necessidade metafísica, mas apenas uma necessidade epistêmica *a posteriori*.

VII Este exemplo é bem curioso, pois, a depender das propriedades essenciais da classe ‘zumbis’, teríamos de rever uma série de propriedades essenciais e accidentais de classes de condição de existência. Por exemplo, a classe fundamental de ‘ser vivo’ (ou mesmo ‘vida’), a classe de ‘pessoa humana’, a classe de ‘pessoa não humana’ (Singer), a classe de ‘cidadão’, etc. Se acaso a classe de ‘zumbi’ se tornasse mais uma etapa do desenvolvimento (ou transformação) de seres humanos, como adolescência, juventude, maturidade, velhice, não vejo razões relevantes, salvo a explicação acima, para que zumbis não pertencessem à classe ‘seres humanos’!

Classes Naturais

De acordo com Royes, se uma classe natural *k* contém a estrutura *x* (sua estrutura microscópica, estrutura biológica, estrutura química), então é essencial para *k* que todos os seus espécimes, membros e todas as suas amostras contenham a estrutura *k* (Roca-Royes, 2011, p. 70). Este tipo de posicionamento foi defendido por Hilary Putnam em seu artigo “The Meaning of Meaning”^{VIII} na obra: *Mind, Language and Reality* (2013) publicado pela primeira vez em 1975.

Neste trabalho, defende-se que o conceito de significado de nossos termos para classes naturais não são, ou não deveriam ser, pautados por critérios fenomenológicos e superficiais, mas em uma estrutura profunda da matéria, como sua estrutura química ou DNA. Em seu famoso experimento mental da terra-gêmea, é suposto que exista um planeta muito similar à terra que conhecemos, com os mesmos acontecimentos, desenvolvimentos históricos, etc., mas na terra-gêmea a água possui uma diferença estrutural. A composição química da água de terra-gêmea é formada por uma molécula complexa pelos compostos ‘XYZ’, que dão características superficiais idênticas à água que possuímos na terra e que contém a estrutura H₂O.

A estrutura oculta das classes naturais para Putnam deve fornecer um critério externo de seu significado que está além de nossos usos, convenções sociais e desenvolvimento tecnológico. Os significados não são estados *psicológicos* (solipsistas) cuja existência consistiria em entidades mentais, como defenderam Frege e Carnap (Putnam, 2013 p.286-289). Mesmo que uma comunidade linguística divida o trabalho da ‘construção’ de significados (extensões), como significado pelo uso (definição ostensiva), ou por suas características estereotipadas, e que nem todos tenham a necessidade de *conhecer* a estrutura profunda dos elementos naturais para realizar suas funções ordinárias, requerendo por vezes apenas uma necessidade (fraca) de *reconhecer* vagamente, é através da estrutura que podemos seguramente determinar sua identidade de classe e identidade elementar, como suas propriedades essenciais, por assim dizer (Putnam, 2013, pp. 290-292).

VIII “O significado de Significado” em tradução livre.

Algumas distinções e semelhanças entre o essencialismo de classes sortais e o essencialismo de classes naturais podem ser vistas aqui:

- (i) O essencialismo *sortal* não está apenas comprometido com classes naturais, mas com classes fundamentais, que as englobam.
- (ii) O essencialismo *sortal* busca determinar a identidade de suas classes com base em critérios metafísicos de condição de existência; o essencialismo de classes naturais busca determinar suas classes com base em critérios empíricos da estrutura profunda.
- (iii) Ambos admitem que as classes (naturais e sortais) não dependem de acordos ou convenções para sua determinação de identidade, mesmo que diverjam sobre seus critérios.

As classes naturais parecem também estar sujeitas a algumas modalidades de condição de existência como as sortais, porém, por necessidades diferentes. Para a fórmula da água como H₂O, por exemplo, é uma condição de sua existência que existam átomos de hidrogênio e de oxigênio. Contudo, sua condição de existência não ocorre por questões meramente *acidentais*, no sentido de acidentalidade *sortal*. Não pretendemos e nem conseguiríamos ser técnicos aqui, mas a ligação entre átomos parece ocorrer de maneira que sua necessidade depende de sua carga de elétrons e a massa dos prótons, e estes, por sua vez, determinam o que são elementos como oxigênio e elementos como hidrogênio, e a ligação entre eles ocorre de modo que, dada uma certa *condição* (proximidade *x*, gravidade *y*, temperatura *z*), ela *sempre* ocorrerá por necessidade.

Thomasson e uma proposta híbrida

Thomasson, em sua obra *Ordinary Objects* (2007), no capítulo *Identity, Persistence and Modality*, apresenta algumas considerações em uma tese híbrida de referência sobre as condições de usos de termos singulares e sortais, entre elas os critérios de aplicação e coaplicação dos termos, apresentando as consequências para as noções metafísicas de identidade, persistência e modalidade. Em suma, a análise conceitual dos objetos resulta em determinações analíticas que favorecem as determinações de classes sortais, o que inclui defender que mesmo as determinações modais mais básicas resultam da análise conceitual (Thomasson, 2007, p. 55).

Citando novamente o exemplo da terra-gêmea como ilustração, trazemos o problema da vagueza na referenciação dos falantes. Em terra-gêmea e em nosso planeta, somente um falante capacitado é capaz de se referenciar de modo a trazer sua estrutura como um meio desambiguação do termo como um meio de identificar e aplicar a entidades suas categorias (H2O e XYZ). Este cenário exige uma condição (*frame-level*) de aplicação e coaplicação dos termos. Caso contrário, H2O e XYZ poderiam fazer referência à mesma coisa.

Ademais, critérios de aplicação seriam aqueles em que se estabelece condições para que se determine um termo como se referindo a uma entidade, e critérios de coaplicação seriam aqueles que estabelecem condições para que o termo designado possa ser usado para designar a mesma entidade em uma outra situação. Enquanto as condições de aplicação determinam as regras, condições de existência, as condições de coaplicação determinam as condições de identidade.

As condições de aplicação nos fornecem regras, digamos, em que várias situações hipotéticas, se um termo seria ou não aplicado com sucesso (e pode estar presente sem quaisquer condições de coaplicação, por exemplo, para termos de coisas materiais). As condições de coaplicação fornecem regras para quando um termo aplicado com sucesso pode ser reaplicado à mes-

ma entidade - regras que então fixam as condições de identidade que governam o objeto (se houver) referido (Thomasson, 2007, p. 57).

É importante salientar que as regras das condições de determinação ou fixação de um termo atuam como condições de verdade para identidade, e são extremamente necessárias para que a investigação empírica de um termo possa responder a perguntas como “o que é isto?”, “como isso se comporta?”, etc. Sem as condições adequadas, certas perguntas podem não fazer sentido ou simplesmente ficar sem respostas. A investigação empírica por si só não é capaz de determinar a identidade de um objeto, é preciso que as condições de verdade oferecidas pelas regras de aplicação e coaplicação proporcionadas pela analiticidade contida na linguagem guiem e delimitem o objeto à classe/categoria (Thomasson, 2007, p. 58). Uma consequência deste modelo apresentado acima é que mesmo as verdades mais básicas sobre identidade e persistência se tornam puramente analíticas, e uma crítica desta consequência é que a verdade de sentenças modais pode simplesmente ser convencionalizada, e, portanto, contingentes.

Verdades Modais

Contudo, este modelo de convencionalismo (conceitualismo modal) não está associado aos modelos tradicionais, a saber *convencionalismo modal*, e Thomasson acredita que esta crítica não afeta seu modelo de convencionalismo (conceitual). A concepção de verdade modal oferecida pela autora não está comprometida com a analiticidade puramente *a priori*, mas, dado nossas regras de metalinguagem, uma proposição modal derivada da investigação *a posteriori* também está sujeita às condições de verdade estabelecidas analiticamente pelas condições de aplicação e coaplicação convencionalizadas, e, portanto, também verdadeira em função da analiticidade. Ademais, como veremos adiante, Thomasson se diferencia na medida em que a verdade analítica proposta é produtora de *sentido* e não de contingência *existencial*. Segue abaixo algumas caracterizações gerais do convencionalismo modal:

- (1) que todas as verdades modais são, em última instância, baseadas em verdades analíticas no sentido de que verdades modais são ou verdades analíticas ou baseadas na combinação de uma verdade analítica com uma verdade empírica;
- (2) que não é o caso de propriedades modais serem características reais ou intrínsecas do mundo; e
- (3) que a verdade das proposições modais depende de adotarmos certas convenções linguísticas (Thomasson, 2007, pp. 62-63).

A proposta da autora está apenas comprometida com (1), o que endossa o seu conceitualismo modal, mas seus críticos garantem que, por necessidade, sua concepção teria de adotar também (3), o que nos levaria a uma posição antirrealista dos objetos, já que a necessidade de sua existência enquanto classe não passaria de convenções, e sua verdade existencial apenas uma consequência dependente da mente. Contudo, (3) é nociva às próprias concepções de seu modelo híbrido que reconhece verdades necessárias *a posteriori* independentes da mente. Como um modo de contextualizar sua proposta, Thomasson cita o argumento de Michael Rea sobre a posição do conceitualismo modal de Allan Sidele, onde procura demonstrar que o conceitualismo modal está comprometido com o antirrealismo de objetos, ou sua existência *mind-independ* (Thomasson, 2007, pp. 64-65).

Segue um resumo do argumento de Michael por Angell Magri:

- Todas as verdades modais são analíticas ou derivadas destas com verdades empíricas.
2. Se o conceitualismo modal é verdade, então o que faz as proposições modais verdadeiras é o fato de que nós adotamos convenções linguísticas governando o uso das palavras em determinada proposição, de acordo com as quais a proposição tem que ser verdadeira, independentemente dos fatos empíricos.
 3. Segue que todas as propriedades modais são extrínsecas.
 4. Propriedades sortais também são extrínsecas.
 5. O realismo sobre objetos materiais é falso.
 6. Logo, se aceitamos o conceitualismo modal, então o realismo de objetos materiais é falso (MAGRI, 2020).

Contudo, Thomasson não considera que a premissa (2) do argumento de Rea esteja correto, a saber:

(2) Se o conceitualismo modal for verdadeiro, então o que torna as proposições modais verdadeiras “ é o fato de que adotamos convenções linguísticas que regem o uso das palavras em [a frase que expressa uma proposição modal] de acordo com a qual essa frase tem que ser verdadeira, independentemente de os fatos empíricos (Rea, in: Thomasson, 2007, p. 64).

A defesa de Thomasson considera que há *um* sentido em que a verdade depende de mente que não está sendo considerado por Rea. Isto é, a autora considera que as mentes humanas desempenham um papel relevante para as condições em que determinamos a verdade de um termo (mesmo não modais), mas não de sua existência. Supondo que alguém tomasse a palavra ‘ouro’ como sendo ‘pó mágico de fada’, isto seria obviamente falso. Seu significado depende das condições de verdade que estão contidas nas regras de aplicação e coaplicação da linguagem. Isto não quer dizer que a existência de ‘ouro’ seja dependente de nossas convenções, mas que nossas convenções (que não ignoram fatos empíricos) realizam o trabalho relevante de ajudar a estabelecer sua identidade, modalidade e permanência. Se a palavra ouro tivesse um som diferente do que está convencionado, não diríamos que a verdade mediante seu significado ou sentido seria a mesma (Thomasson, 2007, p. 65).

Truth-Makers e Analiticidade

Como é sabido que a verdade contida na analiticidade ocorre em virtude do próprio significado do termo e sem a necessidade de verificação empírica (como no exemplo em que ‘todo solteiro é não casado’), a defesa de Thomasson de que verdades modais básicas em última análise ocorrem mediante a análise conceitual dentro de um *frame-level* de aplicação e coaplicação mediado por regras (mesmo que não ignore os fatos empíricos), acaba por levantar a questão “como é possível que as verdades analíticas, que não exigem ‘*truth-makers*’, possam existir como propõe a autor sem se referir à objetos no mundo?”.

Porém, o uso de analiticidade proposto pela autora não deve ser entendido como afirmações passíveis de verdade sobre o mundo, mas sim como ‘ilustrações’ de regras ou comandos constitutivos da própria linguagem. Sua ‘veracidade’ não advém de qualquer coisa sobre o mundo, mas de sua força de comando em relação à aplicação de regras para o uso da linguagem, tornando-as *garantidamente* verdadeiras. Contudo, como a linguagem também permite seu uso mediante atos de fala, como que em uma sentença “a porta está aberta” pode ser uma descrição ou um comando para fechá-la, também as sentenças analíticas podem ser usadas como descrições do mundo, no entanto, apesar disto, continuam a ser guiadas pelas regras da linguagem e suas verdades não existem em função da pura e simples observação. A linguagem também fornece regras para o que significa uma boa e genuína observação empírica. Estas regras não estão contidas no mundo, mas na linguagem, logo a veracidade ‘garantida’ de sua analiticidade não necessariamente nos diz qualquer coisa sobre o mundo (Thomasson, 2007, p. 69).

Conclusão

Com base no que foi visto neste trabalho, retomamos alguns dos princípios propostos por Hacking:

1. Independência

(a) É um fato sobre a natureza, independente dos fatos psicológicos, ou sociais sobre seres humanos, que existem classes de coisas, de substâncias, de organismo e etc.

4. Singularidade

(a) Há uma única taxonomia que é a melhor em termos de classe naturais, que representa a natureza como ela é, e que reflete a rede de leis causais. A classificação objetiva é certa ou errada dependendo de como ela capta parte da estrutura da taxonomia verdadeira do universo (Hacking, 1991, p.110-111).

Com base em 1 e 4, e o avanço das ciências naturais, parece haver boas razões para considerá-las verdadeiras. Contudo, tendo exposto um pouco da tradição sobre os NK's e nossas metodologias modais-existenciais para caracterizar o essencialismo metafísico (ou sortal) de modo a capturar critérios sólidos para a essência dos objetos, seja existencial ou identitário, acreditamos que:

- (1) é possível *imaginar* que haja de fato uma uniformidade absoluta de NK como proposto no princípio (4), mas
- (2) não seria prudente confiar excessivamente em nossas faculdades (como diz Hacking sobre Mill) hipotéticas-dedutivas ao ponto de acessar por meio de descobertas um conhecimento *final* e irrevogável.
- (3) Não negamos, contudo, que, como Locke, a constituição inerente dos objetos possa ser desvelada, negamos apenas que ela possa ser conhecida em sua *totalidade*.
- (4) Como visto com Thomasson, a metalinguagem é uma 'delineadora' das verdades analíticas e empíricas sobre o mundo. Ela parece ser a manifestação de nossas faculdades hipotético-dedutivas, que estabelecem regras para nossas condições de determinações dos objetos (incluindo nossas descobertas empíricas).
- (5) Temos boas razões para acreditar que, embora as coisas existam (realismo), sua identidade, modalidade e permanência não existem independentemente das regras de uso para sua 'descoberta'.
- (6) Não nos parece razoável aceitar que acessamos a totalidade inerente e imutável da taxonomia do mundo, como requer o essencialismo metafísico (princípio 4), posto que é razoável aceitar a verdade dos princípios de definibilidade (2, a&b) e utilidade (3,b)^{IX}.
- (7) O acesso à realidade (metafísica e empírica) é um privilégio (limitado) concedido pela linguagem e nossas faculdades cognitivas.

IX Não pretendemos nos aprofundar na discussão sobre as consequências do princípio (3, a), uma vez que parece ser disputável que o desenvolvimento das ciências e tecnologias possam diminuir o conhecimento com o tempo, apesar de concedermos a verdade de que o reconhecimento e uso de leis cumpra um papel significativo no crescimento (quantitativo) do conhecimento, e não aceitarmos o crescimento (qualitativo) do conhecimento, posto que sua qualidade não está desvinculada de certa visão utilitarista da condição da civilização humana.

REFERÊNCIAS

- DONELLAN, Keith Sedgwick. Kripke and Natural Kind Terms. *In: GINET, Carl. Knowledge and Mind: Philosophical Essays*. New York: Oxford University Press, 1993, pp. 84-104.
- HACKING, Ian. A Tradition of Natural Kinds. *Springer: Philosophical Studies*, v. 61, p. 109-126, 1991. DOI:<https://doi.org/10.1007/bf00385836>.
- LECLERC, André. O essencialismo desde Kripke. *In: IMAGUIRE, Guido; ALMEIDA, Custódio Luís Silva de; OLIVEIRA, M A (org.). Metafísica Contemporânea*. Petrópolis: Editora Vozes, 2007, pp. 367-399.
- LEMEIRE, Olivier. The Causal Structure of Natural Kinds. *Studies in History Philosophy of Science, Part A*. v. 85. p. 200-207, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.shpsa.2020.10.009>.
- MACKIE, Penelope. *How Things Might Have been*. Clarendon: Oxford, 2009.
- MILL, John Stuart. *A system of logic, ratiocinative and inductive: Being a connected view of the principles of evidence, and the methods of scientific investigation*. 2 v. London: JW Parker, 1843.
- PRICE, Henry Habberley. *Thinking and Experience*. London: Hutchinson, 1953.
- PUTNAM, Hilary. O significado de Significado. *Philosophy Electronic Journal*, v. 10, n. 2, p. 280-336, 2013. Tradução de Alexandre Müller Fonseca. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitio/article/view/17778/13342>. Acesso em: 07 out 2024.
- QUINE, Willard Van Orman. Natural kinds. *In: QUINE, Willard Van Orman. Ontological Relativity and other Essays*. London: Columbia University Press, 1969, pp. 41-56.
- ROCA-ROYES, Sonia. Essential Properties and Individual Essences. *Philosophy Compass*, v. 6, n. 1, p. 65-77, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1747-9991.2010.00364.x>.
- RUSSELL, Bertrand. *Human Knowledge: its Scope and Limits*. New York: Simon & Schuster, 1948.
- STRAWSON, Peter Frederick. *Individuals*. London: Methuen, 1959.

THOMASSON, Amie Lynn. Identity, Persistence, and Modality. *In*: THOMASSON, Amie Lynn. *Ordinary objects*. Oxford University Press, 2007, pp. 54-72.

VENN, John. *The Logic of Chance*. London: Macmillan, 1866.

WIGGINS, David. *Sameness and Substance*. Cambridge: Harvard University Press, 2001.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. London: Routledge, 2001.

Recebido em 20 de maio de 2024
Aprovado em 21 de setembro de 2024
Publicado em 13 de dezembro de 2024

